

Sarney já admite vitória do mandato de 5 anos



O presidente José Sarney admitiu já na sexta-feira, à noite, que a vitória do Governo estava garantida quanto à definição hoje, pela



Comissão de Sistematização, do mandato presidencial em cinco anos. Convicto da vitória, o Presidente quer agora trabalhar pela aprovação dos cinco anos também no plenário da Constituinte.

"Segunda-feira tudo começa a mudar", dizia ontem um dos assessores especiais do presidente Sarney. O Presidente não suportaria outra derrota na Comissão de Sistematização e convocou todos os líderes políticos para o trabalho de articulação junto aos integrantes da Comissão que hoje decide quanto tempo dura o atual Governo. Além de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, o presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves, também apoiou a votação pelos cinco anos. A posição do ministro Aureliano Chaves desagradou os "rebeldes" do PFL, que preferiam ter carta branca para votar em favor dos quatro anos de mandato.

Plenário
Com a vitória praticamente garantida na Comissão de Sistematização, o presidente Sarney mantém agora a expectativa de trabalhar com folga para ganhar também no plenário. Na verdade, vencer no plenário, segundo os assessores parlamentares do Governo, "mais fácil" do que vencer na Sistematização. Por um simples motivo, explicam os assessores: "Os integrantes da Comissão de Sistematização foram escolhidos por quem faz oposição a Sarney e, no plenário, cada um vota de acordo com seus próprios interesses, sem controle partidário". E contando com esse dado que o presidente Sarney espera conquistar não apenas os cinco anos no plenário mas, principalmente, a "manutenção do presidencialismo".
E por que Sarney insiste nos cinco anos? Ele acredita — e diz isso a seus confidantes — que ainda não teve tempo de governar. No primeiro ano, viveu as emoções da morte de Tancredo, ao lado das eleições para as prefeituras das capitais; no segundo ano, novas eleições e, em 87, a "intranquilidade" gerada pela Constituinte. "Sarney quer ter um período para administrar e, por essa razão, joga todo o Governo na defesa do mandato de cinco anos."

Parlamentares querem acabar o "besteirol"

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos articuladores do «Centrão», iniciou uma série de conversas com lideranças que não integram o grupo, visando levantar subsídios para as emendas que o «Centrão» pretende apresentar no plenário. Fiúza está realizando um minucioso trabalho de «enxugamento» na redação final da Sistematização, retirando o que ele considera matéria não constitucional e alguns «absurdos», que o grupo não deseja que sejam mantidos na nova Carta.

Segundo o deputado, existem muitos constituintes preocupados em retirar do texto o que eles chamam de «besteirol». Fiúza assegura ainda que as indicações de mudança que ele tem sugerido vêm conseguindo o consenso da maioria dos constituintes.

A maior parte das alterações propostas por Fiúza está no capítulo referente aos direitos sociais. Em apenas sete artigos, ele propõe pelo menos 22 mudanças, que vão desde a supressão da estabilidade no emprego à licença de 120 dias para a gestante, passando pela imprescindibilidade das causas trabalhistas e a remuneração em dobro para as horas extras. Além disso, pretendem limitar a atividade sindical e retirar do texto a paridade dos empregos domésticos com os demais trabalhadores.

Desnecessário
As modificações que Fiúza discutiu com o «Centrão» começam já no preâmbulo, texto que o deputado considera fraco e pouco expressivo. Nos princípios fundamentais, propõe a alteração do parágrafo que define que «todo o poder pertence ao povo, que o exerce diretamente, nos casos previstos nesta constituição ou por intermédio de representantes eleitos». Para o deputado, é desnecessário incluir neste preceito «os casos previstos nesta Constituição».

No título II, direitos e liberdades fundamentais, as mudanças indicadas são 17, entre elas a limitação de que «propriedade rural de até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de débitos».

«Ao grupo não agrada também o voto aos 16 anos, mesmo que facultativo. No capítulo que trata dos bens da União, os centristas discutem a inclusão do «subsolo», dos «recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica».

Fiúza só não propôs nenhuma alteração no capítulo que trata do sistema de governo, tema que o deputado considera que só deverá ser resolvido no voto. Até agora, Fiúza já levantou as modificações para os quatro primeiros títulos e ainda não existe definição do «Centrão» quanto à fórmula de apresentação das emendas. Se por seção ou, como no caso dos direitos sociais, por capítulo inteiro.

Novo sistema é "traição", diz Brizola

O ex-governador Leonel Brizola afirmou, em entrevista ao *Jornal do Congresso Nacional*, que os constituintes que insistem na implantação do parlamentarismo estão traíndo o povo brasileiro. «que demonstra querer um presidente que governe».

Brizola dá a entender que não pretende concorrer à Presidência, mas admite que há no PDT a tendência natural de «convocá-lo às urnas». Quanto à eleição em dois turnos, Brizola diz que foi instituída com o intuito de impedir sua ascensão à Presidência, e que poderá compor uma chapa com nome "forte" para derrubar esse sistema. Este nome poderia ser o do presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva. O ex-governador criticou também a política econômica do Governo, e chamou o ministro Bresser Pereira de «Roberto Campos n° VI».

Adiantamento de recursos custa ao Governo Federal US\$ 13 bi

Rubem Azevedo Lima

Quase 900 bilhões de cruzados — precisamente 898 bilhões de cruzados, equivalente a 13,2 bilhões de dólares — foram comprometidos pelo Governo Federal, desde a instalação da Assembléia Constituinte, em adiantamento de recursos da União, promessas de investimentos, rolagens de dívidas, saneamento de bancos estaduais, transferência de verbas a fundo perdido e auxílios diversos a Estados e municípios brasileiros.

Se estes recursos, como suspeitam diversos políticos, tiveram por objetivo a obtenção de apoio ao mandato presidencial de cinco anos, cada dia do novo período adicional de Governo do presidente José Sarney terá custado ao País a importância de 2,46 bilhões de cruzados. Portanto, 36,2 milhões de dólares diários.

O levantamento sobre o montante dos recursos liberados pelo Governo foi feito com base nos atos governamentais publicados no *Diário Oficial*, de 1° de fevereiro do ano corrente até 10 de novembro último. Desses levantamentos constam os custos dos programas elaborados pelos vários ministérios e os desembolsos dos bancos federais, em favor dos governos estaduais e das prefeituras, bem como o montante de empréstimos obtidos de organismos externos, para realização de convênios.

Discriminação
Por estados e regiões do País, São Paulo obteve, a vários títulos, 407 bilhões de cruzados nesse

período (que equivalem a quase seis bilhões de dólares). Minas foi aquirado com 137 bilhões de cruzados (mais de dois bilhões de dólares). Todo o Nordeste recebeu 139 bilhões de cruzados (mais de dois bilhões de dólares), sendo que uma metade em ajuda a programas de rotina e outra aplicada especificamente em programas de irrigação do solo, recém-autorizados, graças a empréstimos do Banco Mundial. O Paraná e o Rio Grande do Sul, juntos, conseguiram da União, para diversos fins, recursos da ordem de 105 bilhões de cruzados (cerca de 1,5 bilhão de dólares). O resto do País obteve o equivalente a 122 bilhões de cruzados (1,7 bilhão de dólares), sendo que o Maranhão, estado do presidente da República, ficou com a maior parte desse total. De resto, não está incluída nesta soma a dotação de mais de um bilhão de cruzados, destinada, pelo orçamento, ao início da construção da ferrovia Norte-Sul.

Por serem recursos destinados a programas que, com raras exceções, não tiveram a co-participação do Governo Federal nem foram submetidos previamente ao exame do Congresso, o total de valores já transferidos ou prometidos pela União foge aos critérios técnicos, sendo classificado como auxílio de natureza política.

Na Constituinte, logo após sua instalação, em fevereiro passado a bancada do PDT do Rio de Janeiro protestou contra o que considerou discriminação econômica do Governo Federal em relação àquele Estado. De acordo com as acusações do PDT, o

presidente Sarney havia engavetado, em 1986, a regulamentação da lei do Congresso que determinava a transferência de parte dos royalties sobre a produção do petróleo, em favor dos estados e municípios dos quais ele é extraído.

Hostilidade

No ano corrente, sem nenhuma justificativa de ordem técnica, por serem unidades carentes de apoio federal, como quase todas as outras, os estados que obtiveram relativamente menos recursos da União foram Alagoas e Bahia, cujos governadores, Fernando Collor de Melo e Waldir Pires, são considerados politicamente hostis ao Governo Federal. Collor é um dos líderes do movimento nacional pró-eleições presidenciais diretas em 1988.

Constituintes partidários da tese do mandato presidencial de quatro anos, atribuem a distribuição dos 898 bilhões de cruzados do Governo ao propósito do Palácio do Planalto de obter apoio à proposta do presidencialismo e da ampliação do mandato de Sarney para cinco anos.

Se essa realmente houver sido a intenção do Palácio do Planalto, a aprovação do período adicional de mandato do presidente Sarney, até o fim de 1989, terá custado ao País 13,2 bilhões de dólares. Assim, cada dia de Governo Federal, naquele ano, custará ao Erário 2,46 bilhões de cruzados, que equivalem a 36,2 milhões de dólares diários, no câmbio paralelo, e a 42 milhões de dólares, no câmbio oficial.

Artigos inéditos

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, a dois artigos inéditos: a concessão de pensão mensal vitalícia a todo cidadão, a partir dos 65 anos, mesmo sem prova de recolhimento de contribuição à previdência e a garantia de um salário mínimo mensal aos deficientes que não possam garantir sua própria manutenção.

Governadores alertam sobre risco de golpe

Mandato de cinco anos para Sarney, com presidencialismo, dá em golpe. Em síntese, este é o pensamento dos governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldir Pires, transmitido a parlamentares dos dois estados por enviados diferentes, em reuniões que vararam a madrugada de ontem. Ao mesmo tempo, o governador Orestes Quércia, de São Paulo, que faz, oficialmente, a apologia dos cinco anos com presidencialismo, enviou a Brasília o vice-governador Almino Afonso para defender os quatro, convencido de que o processo de agravamento da crise político-econômica só será contornado com eleições presidenciais diretas em 1988.

A aprovação do mandato de quatro anos, hoje, na Comissão de Sistematização, avisou o vice-governador Almino Afonso a um grupo de oito parlamentares — do Rio Grande do Sul, Maranhão, São Paulo, Bahia e Pernambuco — «pode distensionar o quadro quase conspiratório existente hoje no País». Em outro encontro, o secretário do Governo de Arraes, Marcus Cunha, advertia constituintes de Pernambuco e Bahia: «O governo Sarney está sendo inapto para conduzir a transição. Se der cinco anos, poderá vir uma solução extraconstitucional para o País».

Agravamento

Se Cunha veio oficialmente enviado por Arraes para assegurar maioria de votos por quatro anos na bancada pernambucana, Almino evitou assumir a postura de enviado de Quércia. Mas, durante toda a conversa na residência do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) fez questão de esclarecer que tanto Arraes quanto Waldir pensavam como ele e que Quércia se preocupava com o quadro de agravamento da crise político-econômica, mesmo considerando a possibilidade de dar outra chance a Sarney, para reverter a situação.

«O Quércia» — comentou Almino Afonso — «aceitará qualquer solução que vier da Comissão de Sistematização».

Nos encontros separados, tanto o secretário de Governo de Arraes quanto o vice-governador de São Paulo advertiram seus interlocutores para as semelhanças entre a atual crise político-econômica e a registrada entre fins de 1963, início de 1964, que resultou na ascensão dos militares ao poder. Almino Afonso, que na época era ministro do Trabalho do governo João Goulart, chegou a considerar o atual quadro mais grave até, porque, segundo ele, o então presidente ainda gozava de apoio popular e o governo Sarney passa por um negro período de impopularidade.

Golpismo

Almino Afonso enunciou para os deputados Manuel Moreira e Fernando Gasparian (de São Paulo), Francisco Pinto e Generaldo Correia (Bahia), Cid Carvalho (Maranhão), Ibsen Pinheiro (Rio Grande do Sul), e Oswaldo Lima Filho (Pernambuco) como fatores favoráveis para «certo tipo de golpismo», o recrudescimento do quadro inflacionário neste final de ano e a campanha capitaneada pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP) pré-eleições gerais em 1988 (incluindo, além do presidente, prefeitos e vereadores, também deputados e senadores).

Dois destes parlamentares — Lima Filho e Francisco Pinto — ouviram opiniões idênticas do secretário Marcus Cunha. Ontem de manhã, o deputado Lima Filho renunciou a sua vaga na Comissão de Sistematização, passando o lugar para o deputado Maurílio Ferreira Lima, favorável aos quatro anos. Francisco Pinto ainda não fechou seu voto. Entre os restantes que conversaram com Almino, o deputado Manuel Moreira continua favorável aos cinco anos; Ibsen Pinheiro tem dúvida; Gasparian defendia cinco anos para uns e falava em quatro para outros, e Cid Carvalho mantinha a defesa dos cinco.

Ontem, Pericumã esteve calmo

O presidente José Sarney passou o dia de ontem tranquilo no seu sítio São José do Pericumã, onde não recebeu nenhum político do plano federal para discutir o problema do seu mandato e do regime de Governo. O único a estar com o Presidente foi o prefeito de Luziânia, município onde está localizado o sítio, Orlando Roriz, que conversou «amenidades», segundo informou, num encontro que durou quase uma hora. Roriz não estava na agenda das visitas esperadas pelo Presidente, mas ao se anunciar no portão da fazenda, disse que iria apenas entregar uma encomenda e sairia logo.

Antes, chegou ao sítio o secretário particular de Sarney, Jorge Murad, trazendo em sua companhia o presidente do grupo Sharp, Mathias Machiline, que informou estar ali para fazer uma visita ao amigo.

Por volta do meio dia chegou a única visita que o presidente José Sarney realmente esperava para ontem e deixou o seu nome anotado no portão do sítio: o acadêmico Jorge Amado e sua mulher, a escritora Zélia Gattai. Como os demais, o casal de escritores disse que ali estava para visitar o amigo e conversariam, certamente, sobre literatura, conforme disse Jorge Amado.

Para militares, pleito em 88 é inconveniente

Os ministros militares, reunidos sexta-feira com o presidente José Sarney em um jantar na residência do chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, consideraram «inconveniente» a realização de eleições presidenciais no próximo ano, alegando que em 1988, tanto o Legislativo, como o Executivo, precisam de «tranquilidade» para a elaboração das leis complementares.

O jantar que terminou por volta de uma hora da madrugada de ontem, segundo o general Ivan Mendes, não teve o caráter de reunião de trabalho, mesmo porque todos, com exceção do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, estavam acompanhados de suas esposas. «Foi um jantar entre amigos para conversar amenidades. O presidente não tinha vindo à minha casa ainda e eu achei que ele precisava se descontrair depois de uma semana de muito trabalho», disse o ministro Ivan.

O presidente Sarney manifestou aos ministros militares sua «confiança» na aprovação, hoje, pela Comissão de Sistematização, dos cinco anos de mandato. Com base nas pesquisas que vem recebendo, o presidente da República afirmou que está «otimista» principalmente porque esta será a tendência do plenário. Os militares relataram ao presidente Sarney os contatos que têm na aprovação dos cinco anos.

Depois da análise política, as mulheres presentes protestaram com seus maridos contra o tom de trabalho em que estava se transformando a reunião lembrando que o motivo do jantar não era aquele.



Ivan Mendes condena eleição

Descontraídos, depois de algumas doses de uísque, o presidente e os ministros passaram a contar anedotas. O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia se destacou nas histórias de caserna e o presidente Sarney com os «causos» do interior do Maranhão.

Como nas reuniões dessa natureza, as mulheres formaram um grupo à parte, deixando os homens mais à vontade para as anedotas mais picantes, até o momento em que foi servido o jantar. Além do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e do chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, participou também do jantar o médico do presidente, coronel Messias Araújo.

AOS COLEGAS CONSTITUINTES

Adroaldo Streck

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte «pisou na bola», de novo, ao afirmar que o Chefe do Governo se sentiu discriminado, daí ter tomado a atitude que entendeu que devia tomar (sic), ameaçando quem não fechar com ele pelo mandato de cinco anos. Se o Presidente Sarney sentiu-se discriminado pela soberania da Constituinte, o que sobra para milhares de jovens que fazem fila diante dos consulados estrangeiros em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, procurando a oportunidade de lavar pratos nos restaurantes, a permanecer num País que se derrete como barra de gelo exposta a um sol escaldante, e que lhes nega o direito elementar ao trabalho? E os assalariados e aposentados vítimas de um achatamento criminoso dos seus ganhos, por pura incompetência de quem desconhece regras elementares de condução do processo econômico numa economia capitalista, estão condenados a tudo assistir com um rebano de gado caminhando para o matadouro? Empresários de todos os níveis, louvados no canto de serêia da inflação zero do Presidente Sarney, tiveram seus planos destruídos, envidiaram-se e, nem por isto, têm o direito de desejar um governo um pouco menos inidôneo?

A produção primária do País foi inviabilizada, em alguns setores, por importações de produtos de má qualidade, como o arroz, quando tínhamos o suficiente para suprir o interno. No final da próxima safra contaremos com um excedente deste cereal estimado em mais de 3 milhões e 200 mil toneladas.

Em 1985, o Brasil foi o segundo maior exportador de carne do mundo. Um ano depois, assumimos o «galarão» de maior importador deste produto. Também os agricultores serão obrigados a ficar de braços cruzados assistindo um processo de autodestruição galopante para respeitar um governante ilegítimo?

Pelo Decreto-Lei nº 2.303, de 21 novembro de 1986, o Presidente da República «esquentou» dinheiros mal-havidos mediante o pagamento de 3% de tributo. Não se trata, por acaso, de um flagrante desrespeito a quem sempre agiu corretamente, pagando impostos altos que chegam em certos casos a 30%?

E mais, pelo descalabro que atingimos, a massa de salários está diminuindo, não existem investimentos, cresce o desemprego, diminui a arrecadação de impostos, o Estado não faz mais do que criar tributos novos, e o País é forçado a conviver com este final de festa macabra sem levantar a voz?

Por estas razões e por tantas outras que poderia alinhar, conclamo meus colegas constituintes a votarem pelos quatro anos de duração do mandato do Presidente Sarney (o que já é demais), no momento em que a Comissão de Sistematização tratar da matéria no capítulo das Disposições Transitórias. Vamos recuperar um pouco da dignidade nacional ofendida por um brasileiro inepto que quer nos destruir, por mero capricho pessoal.

Lembrem-se, colegas Constituintes, na década passada, nos Estados Unidos, tivemos o exemplo de um Presidente legitimamente eleito que renunciou ao cargo por ter mentido. Que outras mentiras poderemos esperar do Presidente Sarney para concluir que ele está produzindo um mal de consequências perigosas para a Nação? É agora que nos recuperaremos perante a opinião pública, mostrando que temos vergonha na cara, ou nossos descendentes não nos perdoarão, pisoteando, com desprezo, os túmulos de uma geração de homens fracos e incapazes.

Adroaldo Streck é jornalista e Deputado Federal pelo PDT do Rio Grande do Sul.

